

VIVÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL

Estefânia Silva¹Conceição Nogueira²Sofia Neves³

Resumo: Num contexto de globalização, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional assume um papel preponderante na análise sobre a feminização das migrações. Porém, o conhecimento das dinâmicas existentes nas famílias imigrantes, especialmente, no modo como as mulheres imigrantes organizam as suas vidas familiares e quais as suas modalidades de ação em termos de conciliação, é ainda insuficiente em Portugal (Marques e Góis, 2012). Neste sentido, a presente investigação, de caráter qualitativo e inserida no paradigma crítico oferecido pelo construcionismo social e feminismo, tem como objetivo principal caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes acerca da conciliação da vida pessoal, familiar e

profissional. Para tal, a base empírica foi constituída por dez mulheres imigrantes de nacionalidade brasileira a residir no distrito de Braga. Partindo da metodologia de análise temática, os resultados mostram um padrão regular e assimétrico das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças, que coloca as mulheres imigrantes, no país recetor, em situações de maior sobrecarga do que no país de origem, pela ausência de suporte familiar, financeiro e social. A maternidade e os cuidados com os/as filhos/as influenciam a vida profissional, onde a interrupção ou abandono deste percurso é frequente. Na tentativa de responder aos dilemas da conciliação, estas mulheres vão legitimando a sua submissão que culmina numa posição normalizadora com as

¹Doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Docente no Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Investigadora Colaboradora no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP/UL).

²Doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Professora Associada com Agregação na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto.

³Doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Docente no Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Investigadora no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP/UL).

práticas assimétricas a que estão sujeitas, o que reforça o esquema da desigualdade. Assim, podemos concluir que o poder político e económico do país recetor acentua a feminização dos papéis tradicionais de género onde configura uma desigual conquista das mulheres em relação aos homens no espaço familiar e profissional.

Palavras-chave: Imigração feminina, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Assimetria

Abstract: In a globalized context, reconciling private, family and professional life assumes a preponderant part on the feminization of migration analyses. However, the knowledge of the existing dynamics among immigrant families is still scarce in Portuguese academic literature, specially on how immigrant women organize their family lives and what are the action modalities in terms of reconciliation (Marques e Góis, 2012). In this sense, the main objective of this research is to characterize and analyze the immigrant women experiences and speeches about their private, family and professional life reconciliation. The research is based on a qualitative approach

and is inserted in the critical paradigm offered by social and feminism constructionism and the empirical basis was built by ten Brazilian immigrant women, living in Braga's district. Using thematic analysis methodology, the results show a regular and asymmetric pattern of the domestic chores and child care, that places immigrant women, on the receiving country, in a bigger overload situation than in the country of origin, by the absence of family, financial and social support. Motherhood and child care influence the professional life, and it is often interrupted and abandoned. In the attempt to respond towards reconciliations dilemmas, these women are legitimizing their submission that culminates in a normative position with asymmetric practices to which they are subject and, consequently, strengthening the inequality scheme. Thus, we conclude that the political and economical power of the receiving country aggravates the feminization of traditional gender roles where we can see an unequal achievement of women relative to men in professional and family spaces.

Keywords: Women's immigration. Private, family and professional reconciliation. Asymmetry.

Introdução

Se recuarmos numa viagem ao passado, é possível encontrar na história de Portugal um cenário de constante mobilidade que sempre caracterizou a nossa sociedade. Nas últimas três décadas, este movimento contínuo, constituído por múltiplas faces coloridas, onde, atualmente, os rostos femininos ganham expressão, é considerado como um dos aspetos mais relevantes da demografia portuguesa e da globalização. Este aumento significativo dos movimentos migratórios despontaram para um novo paradigma da realidade social levando a que dimensões como a diversidade, complexidade e heterogeneidade se tenham transformado em objeto de estudo (Neves, 2007), tornando-se uma temática politicamente relevante.

Porém, apesar das migrações e das relações sociais de género serem uma área de estudos com alguma visibilidade no seio académico e científico, os estudos e debates produzidos, até então, e em torno da população imigrante nem sempre

sustentaram a análise das migrações a partir de uma ótica genderizada, desvalorizando-se assim a crescente *feminização* (Castles e Miller, 2003) ou *genderização* das migrações (Yamanaka e Pippier, 2006). É notória a escassez de linhas de investigação e de espaços de discussão que se dediquem sistematicamente a esta problemática com um enfoque de género ou a partir de uma grelha de análise feminista. Se atentarmos sobre o contexto português, ainda se verifica uma grande invisibilidade, ou seja, a pesquisa é ainda muito fragmentada e pontual e as poucas análises que focaram este aspeto fizeram-no de uma forma dispersa, favorecendo um olhar homogéneo que mascara as assimetrias e que não reconhece a diversidade das experiências das mulheres.

Como um campo que cruza o público e o privado, a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional impõe exigências às famílias que se tornam verdadeiros dilemas (Zimmerman et al., 2003), sobretudo, numa sociedade em mudança, em que a vulnerabilidade, flexibilidade, instabilidade acompanham os seus quotidianos. De facto, as alterações inerentes ao fenómeno migratório

envolvem todas as dimensões de organização social dos/as migrantes, incluindo, a da vida familiar e profissional, o que permite que as famílias se encontrem duplamente em transformação (Godinho, 2010).

Se somarmos à categoria gênero outras categorias, como a nacionalidade, mobilidade, classe social podemos verificar as múltiplas dependências que a conciliação pode representar. Na verdade, o processo migratório, ao reunir alguns elementos de perda, como a ausência de suporte familiar e social (Wall et al., 2005), perda de status laboral (Moreno-Jiménez e Rodriguez, 2012), mudança na posição socioeconômica, dificuldades de acesso aos serviços de guarda das crianças, amplia os riscos de discriminação e exploração e coloca as mulheres imigrantes num dos grupos mais vulneráveis (Marques e Góis, 2012; Monteiro e Portugal, 2013) para responder eficazmente à resolução da conciliação, o que se reverte de forma grave na vida das mesmas, podendo potencializar consequências negativas para o seu bem-estar e restringir as suas opções.

Assim e como garantia da difusão das suas vozes, deste artigo sobressai a

valorização de uma metodologia de cariz qualitativo, inserida num projeto de doutoramento, que pretendeu caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes brasileiras no que concerne à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, a partir de uma perspectiva feminista crítica e dos pressupostos do cosntrucionismo social.

Este artigo encontra-se estruturado do seguinte modo: a primeira secção dá conta da crescente feminização das migrações, das suas vulnerabilidades e situações de profunda assimetria e coloca em evidência a clara necessidade de incluir no palco das migrações um novo olhar sobre a realidade das mulheres imigrantes no contexto da conciliação que leve a um repensar sobre as políticas e medidas de conciliação. A segunda secção expõe a metodologia que norteou toda a investigação desenvolvida. A terceira secção apresenta os resultados das entrevistas realizadas às mulheres imigrantes, donde emergiram três temas da leitura de análise. Por fim, apresentamos a discussão e conclusão.

**As mulheres imigrantes e a conciliação:
uma realidade por descortinar**

Com a globalização e o aprofundar das desigualdades económicas, houve uma clara intensificação dos fluxos migratórios e à semelhança do que acontece no cenário mundial, a presença de mulheres imigrantes em Portugal é cada vez mais expressiva. Atualmente, do universo populacional estrangeiro (395.195) 203.630 são mulheres e 191.565 são homens, apontando estes números uma predominância do sexo feminino (SEF, 2015), sendo esta tendência mais evidente em algumas nacionalidades, como é o caso da brasileira, da cabo-verdiana e da ucraniana (SEF, 2015; Wall et al., 2005).

Esta crescente *feminização* das migrações (Castles e Miller, 2003), que contribui decisivamente para moldar a paisagem humana das migrações no nosso país, vem reforçar a necessidade de se congregarem leituras teóricas e evidências empíricas que sustentem a análise das migrações a partir de uma ótica *genderizada*. Ainda que, na produção científica portuguesa, se consiga identificar alguns estudos que procuram uma nova leitura do fenómeno migratório, tirando da penumbra as vivências e histórias das mulheres imigrantes como

independentes das dos homens, e aludindo por exemplo às questões da saúde (Topa, 2013), do tráfico humano (Peixoto, 2005; Neves, 2010), do associativismo (Albuquerque, 2005), do empreendedorismo (Malheiros et al., 2010), da inserção profissional (Peixoto et al., 2006) e das trajetórias migratórias (Miranda, 2009) são poucos aqueles que têm como foco as mulheres imigrantes e as suas modalidades e estratégias de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Tendo em consideração que a migração, para algumas mulheres, pode e constitui um reforço das suas vulnerabilidades familiares, laborais e sociais (Peixoto et al., 2006; Miranda, 2009; Neves e Miranda, 2011; Silva, 2015) e que a condição de migrante agudiza o problema da conciliação entre o trabalho e a família (Marques e Góis, 2012; Wall et al., 2005), constata-se uma insuficiência de estudos nacionais sobre as vivências de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional das mulheres imigrantes constituindo, deste modo, um desafio à sua recriação (Silva, 2015; Silva et al., 2010).

Consagrada como um direito pela Constituição da República Portuguesa,

figurada no V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação (2014-2017)⁴ como área prioritária de atuação, e sendo considerada como um dos mais salientes indicadores da desigualdade entre homens e mulheres (Guerreiro e Pereira, 2006), a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar tem sido entendida como um campo que impõe exigências, por vezes, difíceis de assegurar em simultâneo e de gerir satisfatoriamente (Zimmerman et al., 2003). Este facto deriva da própria conceptualização da conciliação estar ancorada a conceções e perceções de género altamente determinantes dos papéis sociais de mulheres e de homens, que atribui às primeiras a responsabilização pela organização da vida doméstica e prestação de cuidados aos membros da família e aos segundos a principal responsabilidade pelo trabalho laboral e coadjuvação pelo trabalho doméstico (Aboim, 2010; Alcâniz, 2008).

Estas representações contribuem para que as mulheres se sintam divididas e fragmentadas entre a esfera familiar e a

participação na esfera profissional (Aboim, 2007) e tem vindo a refletir-se numa divisão efetiva e desigual de tarefas sentida, em particular, para as mulheres, como um peso excessivo das suas responsabilidades (CIG, 2010). De facto, as evidências mostram que após a experiência migratória existe uma reafirmação e acentuação da feminização dos papéis tradicionais de género (Pipper, 2005), continuando a caber à mulher, em larga medida, o papel de “cuidadora” (Malheiros et al., 2010) reproduzindo impactos na vida das mulheres imigrantes.

Embora se assista a uma maior inclusão dos homens nas responsabilidades entre o casal, concretamente, nos cuidados aos/às filhos/as, os resultados das investigações mostram que nem sempre parecem responder com maior investimento na esfera doméstica (Guerreiro et al., 2009; Mills et al., 2014; Perista, 1999). A assimetria observada na divisão sexual do trabalho doméstico reflecte-se em todos os domínios e tem sido apontada como um dos principais condicionalismos que

⁴ c.f. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf

impede a maior participação das mulheres na vida pública e que limita o investimento que fazem na sua profissão (Andrade, 2013; Matias et al., 2010; Torres, 2004).

O casamento, a vivência da maternidade e a vida familiar impõem-se às mulheres imigrantes e são apresentados como fatores que mais influenciam as suas vidas profissionais (Perista, 1998; Silva, 2009). Este desequilíbrio, para além de não contribuir para a tão desejada igualdade de género, condiciona claramente o acesso a outros círculos de socialização, inibindo, desta forma, a sua inclusão na sociedade recetora (Silva e Neves, 2011).

A ligação da feminilidade com a maternidade e a família, assim como a ideia de que as crianças sofrem quando as mães trabalham são um impedimento para a existência de modelos de repartição igualitários de tarefas. Tal como defende Badinter (2010), o consenso social em torno do amor materno e a idealização da maternidade origina nas mulheres angústias e sentimentos de culpa quando não correspondem a um exigente padrão de maternidade intensiva.

Assim, circular quotidianamente entre a esfera pessoal e familiar e a esfera

profissional traduz-se, por vezes, num abdicar de direitos legalmente definidos e obriga a que as mulheres tenham que tomar decisões e fazer opções, frequentemente difíceis, sobre o equilíbrio entre estas duas esferas (ILO, 2010).

Daí que o modelo de conciliação definido por Jacqueline Laufer (1995: 164 ss.) vise,

[...] articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional[...] Uma eventual recomposição e uma nova divisão de papéis se realizariam, assim, não mais em detrimento das mulheres, mas em benefício comum de homens e mulheres.

Apesar das políticas de conciliação terem como objetivo aprimorar medidas que facilitem as estratégias das famílias, na prática as grelhas teóricas conduzem frequentemente a leituras homogêneas da realidade, assumindo que todas as pessoas se encontram nas mesmas condições (Alcãñiz, 2008). É, particularmente evidente, que determinados grupos são mais vulneráveis às mudanças da reconciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal, destacamos assim deste grupo, as mulheres sós com filhos/as,

mulheres imigrantes, mulheres com deficiência e mulheres idosas (Monteiro e Portugal, 2013; Wall e São José, 2004).

Se a conciliação pode representar múltiplas dependências, a migração e as condições em que esta se processa podem fazer aumentar as dificuldades e as vulnerabilidades dos/as imigrantes, em especial, das mulheres imigrantes (Marques e Góis, 2012). De facto, as diferentes categorias identitárias (idade, género, nacionalidade) associadas ao tipo de migração (reunificação familiar, autónoma), às condições a que o/a migrante está sujeito/a nos países recetores, às políticas destes países em relação à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, à situação de regularidade e/ou irregularidade determinam, por si só, o impacto da migração nas populações (IOM, 2004).

Neste atravessar fronteiras, as mulheres imigrantes podem ser confrontadas com fragilidades que agravam e tornam mais complexa a resolução da conciliação. O processo migratório facilita a emergência das mulheres imigrantes para trabalhar em certas áreas laborais vinculadas a uma perda de status e geralmente mal pagas

(Wall et al., 2005). De uma forma geral, as mulheres imigrantes efetuam trabalhos considerados tipicamente femininos e manifestam condições laborais muito precárias que se caracterizam pelos baixos salários, por longas e intensas jornadas, pela instabilidade, por uma ausência generalizada de vínculos contratuais, bem como, de proteção dos seus direitos enquanto trabalhadoras, com horários atípicos e prolongados e pela falta de formação e informação (Abranches, 2007; Moreno-Jiménez e Rodriguez, 2012; Peixoto et al., 2006). Estas características de trabalho associadas à insuficiência, dificuldades no acesso às estruturas de apoio e acolhimento nos cuidados com as crianças e à ausência e/ou limitação de recursos de apoio, familiar, social e económico (Marques e Góis, 2012) colocam as mulheres numa situação em que sentem que o direito a conciliar a vida pessoal, familiar e profissional lhes é negado (Parella, 2009).

Deste modo, ensaiar uma resposta para tais questões obriga previamente a reconhecer a realidade através das quais as mulheres imigrantes organizam as suas vidas familiares de modo a contribuir para uma nova impressão das trajetórias

femininas da migração em Portugal e fornecer orientações para o desenvolvimento de intervenções junto destas famílias, no sentido da melhoria da sua qualidade de vida e de uma integração efetiva no país recetor.

Desenho teórico-metodológico da investigação

Pressupostos, objetivos e perguntas de partida

Privilegiando as vivências e os significados que as mulheres imigrantes atribuem às suas experiências de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, neste estudo procurou-se obter um posicionamento crítico face a um domínio científico positivista (e.g., psicologia tradicional) que, frequentemente ao longo dos tempos, privilegiou de um discurso universal, dominante e opressivo para as mulheres, pretendendo assim ter um olhar contextualizado e localizado da realidade feminina imigrante em Portugal.

Este estudo procurou desafiar as instituições e valores sociais dominantes que reproduzem representações assimétricas com implicações na vida das mulheres imigrantes e compromete-se

com a mudança social a partir da análise de fatores estruturais, políticos e culturais (Neves e Nogueira, 2004) que enformam os problemas das comunidades e populações.

Adotando uma perspetiva social crítica articulada com a psicologia feminista crítica, este estudo, para além de procurar promover o poder das mulheres imigrantes, tornando-as visíveis no contexto migratório, pretende utilizar uma abordagem metodológica qualitativa no sentido de difundir e dar voz às experiências das mulheres imigrantes, tal qual elas as vivenciam, e numa tentativa de favorecer a igualdade e justiça social (Nogueira et al., 2005).

Neste estudo procurou-se caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes brasileiras em Portugal no que concerne à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Para isso, as questões de investigação específicas elaboradas e orientadas no nosso estudo, foram: 1) Como as mulheres imigrantes constroem significado das suas experiências de conciliação entre a vida pessoal, familiar e vida profissional?; 2) Quais as estratégias utilizadas para conciliar a vida pessoal e

familiar com a profissional?; e 3) Como as mulheres imigrantes fazem uso dos seus tempos?.

Caracterização das participantes

Por assumirmos que a conciliação entre a vida familiar e profissional é um problema social das sociedades atuais que mais tem repercussões para as mulheres, optou-se por incidir a nossa investigação na população feminina imigrante, mais precisamente, numa das nacionalidades mais representativas no nosso país (SEF, 2015) e a residir no distrito de Braga.

Consideramos, assim, como critérios de seleção e inclusão para este estudo, mulheres imigrantes provenientes do Brasil; residentes no distrito de Braga; que entendessem e falassem a língua portuguesa; que exercessem uma profissão; e, que fossem mães de filhos/as com idade dependente, existindo, por isso, uma relação de cuidado com estes/as. Uma das razões para esta última opção prende-se com o facto de serem as mulheres, aquelas que acumulam um maior número de horas de trabalho, quando se combina tempo de trabalho profissional e tempo de trabalho familiar e doméstico (Frone et al.,

1992; Perista, 1999) e por evidenciarem níveis mais elevados de conflito relativamente aos homens (Hill, 2005). Consideramos que esta opção nos oferece maiores probabilidades de cada participante poder refletir, apoiadas nas suas próprias experiências, em questões que diariamente lhes são colocadas, pelas exigências da vida familiar e profissional.

No que diz respeito à caracterização da população, o tamanho e a representatividade da população como um todo não foram uma preocupação para a constituição da amostra, uma vez que estes aspetos não assumem um papel de destaque na investigação qualitativa (Guerra, 2006). Procurou-se, apenas, maximizar a variabilidade discursiva com o intuito de obter a heterogeneidade de discursos sobre a temática em estudo auscultada a partir da voz de cada mulher imigrante. A seleção da amostra assumiu um carácter intencional na medida em que procuramos incluir pessoas que obedecessem a características específicas que se pretendia investigar. Trata-se, por isso, de uma amostra não probabilística do tipo intencional. O critério de conveniência funcionou na escolha das participantes, entrevistando as que se

mostravam disponíveis, sendo que esta abordagem possibilitou que as mulheres indicassem outras mulheres permitindo a angariação de novas entrevistadas, constituindo-se esta amostra a partir do chamado efeito da “bola de neve”.

De forma a preservar as identidades das participantes, foi adotado a utilização da letra B, que corresponde à inicial da nacionalidade e de seguida um número para referenciar as suas citações.

Nesta investigação participaram 10 mulheres de nacionalidade brasileira, com idades compreendidas entre os 28 e 54 anos de idade, com uma média de idades de 38 anos. O nível de escolaridade destas mulheres situa-se entre o 6º ano e o mestrado, sendo que duas das mulheres têm o 6º ano de escolaridade, outras duas mulheres o ensino secundário, cinco a licenciatura e uma o mestrado. Estas são, maioritariamente mulheres casadas, vivendo três em união de facto. Relativamente ao nível profissional, todas as participantes, com exceção de uma, exercem uma profissão a tempo inteiro. Apenas, uma destas mulheres se encontra em situação irregular mantendo-se, desde a sua chegada a Portugal, vinculada ao exercício de trabalhos precários. Todas

têm filhos/as com idade inferior a doze anos e por isso numa situação de dependência, tendo sete mulheres um único/a filho/a com idades compreendidas entre os oito meses e seis anos de idade, duas mulheres tem três, oscilando as idades entre quatro e vinte e quatro anos, e a restante sete filhos/as, desde os dois até aos vinte e oito anos de idade. O rendimento mensal do agregado familiar das participantes varia dos 700 a 6000 euros. Quanto ao tempo de permanência no país, verifica-se que duas estão em Portugal há quatro anos, outras duas mulheres há seis anos, duas há oito anos, duas há onze anos, uma há doze e outra há vinte e cinco anos, com uma média de permanência de 9,5 anos.

A técnica de entrevista como instrumento de coleta de dados

A recolha de dados sobre as experiências acerca da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar das mulheres imigrantes exigiu a exploração intensiva e aprofundada dos respetivos significados para a pessoa, traduzidos sob a forma de linguagem. Assim, como método utilizado para a recolha da

informação empírica para o nosso estudo, foi concebido um guião de entrevista em profundidade, semiestruturado, qualitativo e de questões abertas destinado a ser aplicado a mulheres imigrantes.

A escolha da entrevista semiestruturada, como técnica para a recolha de dados, deve-se ao facto de se considerar ser este o melhor instrumento para adquirir uma compreensão detalhada da realidade a estudar, o que possibilitou que ao longo da entrevista novas questões pudessem ser formuladas. O guião foi construído progressivamente a partir da interação com a recolha de dados e sua análise e versou sobre doze tópicos de análise.

Métodos de análise dos dados

Os dados recolhidos foram analisados segundo uma metodologia de Análise Temática (Braun e Clarke, 2006), privilegiando, como já referido anteriormente, uma abordagem qualitativa. A análise temática consiste num método de identificar, relatar e analisar temas que emergem dos dados mas pode também implicar uma interpretação de vários aspetos

relacionados com o tema da pesquisa (Boyatis, 1998 apud Braun e Clarke, 2006). Na utilização desta análise é essencial, tornando-se desta forma importante, que haja um entendimento entre o enquadramento teórico e método utilizado em função dos objetivos da investigação.

Neste sentido, a análise temática neste estudo procura compreender como as experiências e os significados são efeitos de uma gama de discursos que operam na sociedade, isto é, procura uma compreensão dos contextos sociais, culturais e políticos. Tendo em atenção que a análise temática pode funcionar como um método para refletir a realidade ou para a desconstruir, na responsabilidade de dar voz às mulheres imigrantes que participaram neste estudo, o uso desta análise envolveu diferentes processos de tomada de decisão, que foram ponderados, pela investigadora num diálogo permanente e reflexivo, antes do início da análise dos dados (Braun e Clarke, 2006).

Apresentação de resultados

A apresentação dos resultados do estudo encontra-se organizada em função

dos respectivos temas que emergiram do nosso corpus de análise, identificados a partir da Análise Temática (Braun e Clarke, 2006), sendo eles: *percursos migratórios femininos - motivações, dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as e as tarefas domésticas, vida profissional: articular com a família*. As evidências encontradas com base nos discursos das mulheres imigrantes brasileiras denotam semelhanças em algumas áreas e diferenças noutras, desse modo, para que a análise efetuada seja melhor apreendida pelo/a leitor/a, serão apresentados excertos dos discursos das participantes que lhes dão corpo, no sentido de representar os significados atribuídos pelas mulheres às suas vivências de conciliação.

Percursos migratórios femininos - motivações

O desejo de querer estar próxima do companheiro que veio antes ou a existência de um relacionamento amoroso determina a decisão de metade das participantes no estudo, que percebem a sua vinda como parte de um projeto familiar e como forma de manter viva as

suas histórias de amor, tal como evidenciado, pelo discurso da participante B2: "Vim para cá, porque conheci o meu marido e como a vida dele era cá, o amor falou mais alto e deixei tudo o que tinha lá e vim para ficar com ele".

O alcance de melhores condições financeiras e de vida assume uma participação própria e autónoma nas restantes mulheres na luta por uma mudança de vida face às dificuldades materiais pelas quais passavam, dificuldades essas impulsionadas pelo desemprego e pelos baixos salários auferidos. Estas dificuldades são ampliadas por ruturas conjugais, em consequência de deceções, infidelidades, conflitos, as quais, muitas vezes, conjugadas com a subsistência de filhos/as menores, constituíram uma das principais razões desta decisão:

B5 - Foi uma época assim complicada. Eu fui casada lá e estava trabalhando nessa multinacional, mas ela fechou e eu fiquei desempregada. Nesse espaço de tempo, houve um problema com o meu relacionamento, nós começamos a entrar em divórcio e após a separação eu resolvi vir.

A experiência de imigrar para Portugal foi única, não existindo anteriormente qualquer projeto de

imigração para outro país. Todas tinham como expectativa fazer deste um projeto temporário, o que na realidade não aconteceu:

B1 - Tinha planos para ficar aqui 2, 3 anos[...]Era Europa, país de primeiro mundo, achava que a gente ia chegar, arrumar um bom emprego, juntar dinheiro e ir embora, mas infelizmente não aconteceu[...]Nenhum imigrante se consegue estabelecer em 2, 3 anos.

Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as e as tarefas domésticas

Para estas mulheres, a experiência migratória é marcada pelo assumir de um novo papel nas suas vidas, o de ser mãe. Apesar, de se constituir a experiência mais gratificante na vida destas mulheres e ser unânime a construção de uma relação mais intensa entre mãe e criança, no que à vivência da maternidade diz respeito, predominam, ainda, situações em que as tarefas relativas ao cuidado com as crianças, como dar banho, vestir, alimentação, trocar fraldas, continuam a ser, maioritariamente, responsabilidade das mulheres, sendo a mãe a principal cuidadora e o seu papel indispensável e insubstituível:

B2 - Para começar, não há amor maior do que o amor de mãe. As outras pessoas podem ser ótimas, podem gostar, mas não é igual. Eu acho que a mãe é única, até porque há uma ligação muito forte desde que eles estão dentro da barriga. Só quem é mãe é que sabe.

Ter um filho/a com um a dois anos de idade e tomar conta dele/a significou, para estas mulheres, interromper o seu percurso profissional e ficar em casa a prestar os cuidados necessários, verificando-se assim uma matriz maternocêntrica, situação que, por vezes, se gera pela insuficiência e falta de informação de acesso aos serviços de apoio à infância, mas que se altera a partir desta idade:

B6 - Ele era muito pequeno e não consegui desligar-me dele. Ia para o trabalho mesmo culpada, não conseguia fazer nada, mesmo. Sabe, não tinha vontade de trabalhar, porque sentia-me culpada. Sentia que enquanto mãe deveria estar com ele porque era uma fase importante na vida dele e então desisti.

O recurso aos cuidados de guarda de uma empregada doméstica e cuidar no local de trabalho foram soluções minoritárias, apresentadas apenas por duas mulheres brasileiras. Verifica-se, neste caso, que para estas mulheres, o facto de trabalhar por conta própria e os recursos

econômicos elevados tiveram impacto nos modos de guarda escolhidos: B7 “Tinha uma empregada de confiança já há 8 anos, que me auxiliava e ficava com as crianças”.

As ausências ao trabalho, quer por acompanhamento dos/as filhos/as às consultas de saúde infantil quer por situação de doença, assumidas na grande maioria pela mãe, são consideradas como um aspeto da vida familiar que interfere na vida profissional pela incompreensão das entidades patronais, que exigem, por vezes, compensações pelas saídas de trabalho e agem com penalizações: B5 “Sempre fui eu. O meu marido dizia-se sempre muito cansado e eu habituei. E acho que é um pouco da educação que a gente tem, de serem as mães”.

Contudo, as mulheres trabalhadoras com horários atípicos procuram agendar a marcação das consultas para os seus dias de folga para não interferir com a vida profissional.

Um dos constrangimentos colocado pelas exigências de se ser mãe é a distribuição e limitação do tempo pessoal, que é evidente pela transcrição que se segue:

B1 - Eu adoro cuidar do meu filho, é ótimo, prazeroso, mas em contrapartida o dia em que ele está em casa, uma coisa negativa é que não tenho mais tempo. Eu tenho que me dividir e é muito cansativo, é quase não sobrar tempo nenhum para mim.

E, sendo a maternidade considerada como uma das grandes mudanças das suas vidas pessoais, a solução encontrada por estas mulheres para cumprir a duplicidade de papéis e funções e, desta forma, responder às exigências familiares e profissionais é abdicar delas próprias e do seu tempo pessoal para estarem com os/as seus/as filhos/as, cuidando deles/as e vivendo para eles/as.

B6 - Eu sinto que a minha vida mudou bastante. Eu lembro que eu dormia muito, adorava estar em casa, fazer a unha, fazer o cabelo, essas coisas e hoje em dia não tenho tempo para isso. Com um filho pequeno, às vezes eu olho e digo “Meu Deus!, eu estou com umas unhas aqui tão feias”, mas não tenho tempo. Priorizo estar com o meu filho do que uma ida ao cabeleireiro. Para mim, é mais importante ficar com o meu filho do que fazer outras coisas e, por isso, coloco-me em segundo plano para estar com ele.

No espaço doméstico, a assimetria e reduzida divisão conjugal das tarefas domésticas são realidades vivenciadas e destacadas nos discursos das mulheres

brasileiras, traduzindo-se o papel dos homens apenas como de ajuda ou de colaboração: B4 “Só me ajuda, não tem tarefa específica, eu peço ele vai-me ajudando”.

Embora não haja uma divisão equilibrada nos hábitos da organização doméstica, todas as mulheres expressam e valorizam o trabalho masculino quando efetuado, não se verificando a mesma situação ao contrário: B1 “Eu valorizo muito o trabalho dele, mas eu acho que ele, pelo facto de eu trabalhar em casa, ele desvaloriza o meu trabalho, acha que eu tenho tempo para fazer tudo”.

Os discursos da maioria das participantes revelam que a vida familiar não funciona se o homem for o responsável e recaírem nas mulheres as responsabilidades de âmbito profissional e reforçam este papel distinto. Para as mulheres brasileiras mais velhas e/ou com baixa escolaridade, esta percepção se fundamenta pelas diferenças biológicas e construções sociais dos homens e das mulheres:

B7 - Se quer que lhe diga, acho meio difícil, poderá funcionar durante algum tempo limitado, mas é qualquer coisa, para mim assim, não digo inaceitável, mas muito fora do vulgar pela própria natureza do

homem. Só se ele tiver um acidente e ficar com uma deficiência, mas eu acho que um homem sem nenhuma deficiência, sem nenhuma doença grave, pela sua própria natureza e pela própria educação macho que ele teve e nós tivemos, ele é que vai à luta, ele é que vai procurar, acho difícil. Embora ele já não seja o número um, como era, agora ele divide, mas acho difícil.

Perante os constangimentos colocados pela conciliação dos papéis profissionais com os familiares, verifica-se o recurso ao serviço pago ou a utilização de estratégias de simplificação, antecipação e organização do espaço doméstico, embora, as mulheres brasileiras indiquem que a principal dificuldade na gestão doméstica relaciona-se com a falta de tempo para a execução de todas as tarefas, o que torna difícil a conciliação das vertentes pessoal, familiar e também profissional:

B2 - A minha maior dificuldade é a falta de tempo, porque se você reparar a gente trabalha 8 horas por dia, mas, quando chega a casa, não pára, continua a trabalhar. Por isso que eu digo que nós mulheres trabalhamos muito mais que os homens, eles saem de manhã e depois chegam em casa, tomam um banho e lá está a janta feita, tudo arrumadinho e nós não. De manhã, tem que se pôr a pé mais cedo, pôr as meninas prontas, arrumar o pequeno-almoço, depois tratar de mim, para depois sair. Enquanto o meu marido, não. Levanta, toma banho, faz a barba, toma o pequeno-almoço e vai.

Ao não conseguir responder de forma eficaz às exigências da esfera familiar e profissional, estas mulheres, optam por ceder/abdicar do uso do seu tempo pessoal:

B8 - Ele todos os dias faz a barba, faz a careca, se cuida, vai ao ginásio, e eu? Pintar o cabelo é de 3 em 3 meses, não vou ao ginásio, então é essa sensação: ele precisa disso e eu, se calhar, abdiquei disso e já estou acostumada a isso. O dia que eu quero relaxar, eu tenho que abrir mão de alguma coisa e abrir mão de alguma coisa implica deixar uma máquina para amanhã, deixar a minha filha com alguém. Então, prefiro não ir.

Os seus discursos também revelam sentir o aumento das responsabilidades devido à constituição da vida familiar, agudizando-se esta sensação pela acentuação da dupla jornada de trabalho e pela ausência de suporte, quer familiar, quer social e económico no país recetor:

B6 - Nós sabemos que nós mulheres é que temos que fazer tudo pelas crianças e para a casa. E porque é que ainda temos que trabalhar na rua? Não é possível. Antigamente, as mulheres cuidavam dos seus filhos, não havia preocupações, não havia aquela sensação de estou a falhar...porque percebo que nós estamos a fazer muito mais do que eles...fazemos um triplo, daqui a pouco, quadruplo trabalho e temos que ser mulheres, cuidar de nós, da casa, dos filhos, não dá...

Verifica-se também que esta sobrecarga e assimetria de responsabilidades origina conflitos no relacionamento do casal:

B3 - Eu briguei muito no começo, limpava sozinha. Hoje não estou mais me chateando, porque eu também não posso acabar o relacionamento por causa do trabalho doméstico e sei que o meu marido quanto mais eu falo, menos ele faz.

Vida profissional: articular com a família

Após a vinda para Portugal, a inserção no mercado de trabalho não qualificado representa ser a primeira experiência profissional para a maioria das participantes do estudo. Neste percurso as mulheres brasileiras, com exceção de duas, indicaram desempenhar funções nas áreas da restauração, do comércio e do atendimento ao público.

No caso das mulheres qualificadas e em idade jovem, com exceção de uma, assiste-se a uma falta de reconhecimento das suas competências, habilitações e experiência profissional desenvolvida nos países de origem, o que as impede de desempenharem funções afins às suas qualificações e habilitações nos países

recetores. Muitas vezes, a situação de vulnerabilidade económica leva a que tenham de omitir as suas qualificações para conseguir obter um trabalho:

B3 - Quando cheguei cá, foi muito difícil encontrar trabalho, lembro até hoje que mandei quase 150 currículos. Foi então que comecei a mentir nos meus currículos que eu tinha habilitação superior, porque senão não havia hipótese de trabalho, comecei não é a mentir foi a omitir.

Como resposta a uma ausência e/ou insatisfação em relação às alternativas de emprego, surgiu a via do empreendedorismo. Contudo, se para três participantes, este empreendedorismo se caracteriza pela necessidade económica, a partir da confeção de salgados para fora ou a abertura do próprio negócio, para uma das entrevistadas reflete o desejo de aumentar os rendimentos, de obter independência e materializar uma oportunidade de negócio, tal como comprova o seguinte discurso:

B9- Quando vim para cá, vim com o objetivo de transferir a minha faculdade, só que no primeiro ano, eu não consegui, não me deram a equivalência, então como eu estava em casa sem fazer nada surgiu a ideia de abrir essa loja, porque na altura em Braga não tinha e depois não voltei mais para a faculdade.

Do ponto de vista da conciliação entre o trabalho e a família, a carga e o

regime de horário laborais podem agudizar as dificuldades sentidas pelas mulheres imigrantes e condicionar fortemente a articulação entre as duas esferas. É com grande expressão que as participantes no estudo apontam, nos seus discursos, o horário como a maior interferência do trabalho relativamente à família e à vida pessoal. A participante B3 refere que: “por dia, posso trabalhar 12, 13 horas sem nunca ter horário de saída e isso claro que interfere um bocado na minha vida familiar”. Por vezes, estas solicitações das entidades patronais para realizarem horas extraordinárias não são pagas e priva-as do seu tempo para estar com a família.

No contexto laboral, estas mulheres deparam-se com vivências discriminatórias que obstaculizam a sua inserção no mercado de trabalho e a conciliação da vida profissional com a familiar e pessoal. Se nos direcionarmos para o gozo e cumprimento dos seus direitos legais, verifica-se, pelos seus discursos, a violação destes ou a sua não proteção em algumas situações pelo facto de serem imigrantes e por serem mulheres, tal como se constata, pela não autorização da dispensa de horário para amamentação por ser imigrante:

B7 - Fui informada pelas colegas que tinha direito a redução de horário para amamentar e o diretor da escola recusou. Eu escrevi para o Ministério da Educação e o Ministério me respondeu que o diretor tinha autoridade para dar ou negar e eu me senti muita discriminada. Foi muito duro para mim! Tinham todas direito. Eu fui a única que não tive!...Nessa altura, tive até dores pós-parto, infecção no peito e foi discriminação. O diretor não podia expulsar-me da escola, porque eu entrei pelo concurso, mas teve a capacidade de fazer isso, porque ele sabia que tinha poder para isso. Um abuso de autoridade, uma falta de humanidade que era uma mãe querer amamentar o seu filho e trabalhar ao mesmo tempo.

Perante um certo desconhecimento dos seus reais direitos, assiste-se, por vezes, a uma resignação de forma a manter o posto de trabalho.

B6 - Como ele tem 1 ano e três meses, acho que já não tenho direito à amamentação e, se eu pedisse, acho que já estaria excluída, porque eu comecei aqui a fazer um estágio e desisti porque estive lá 2 meses e não tive direito à amamentação e o meu chefe sabia que eu estava a amamentar e não me deixou. E eu não sabia nem o que fazer, porque diziam-me que eu tinha direito e o que é que eu ia fazer, saía mais cedo? Não me sentia com liberdade para sair nas minhas horas de amamentação e desisti.

Os relatos das entrevistadas revelam que algumas entidades patronais adotam a estratégia de fuga ao pagamento de segurança social ou de impostos

associados ao trabalho, passando pela não declaração ou pela declaração parcial das suas trabalhadoras dos dias efetivamente trabalhados ou pela omissão da remuneração real auferida pelas mulheres imigrantes.

Todo este conjunto de situações leva a que a maioria das participantes, com exceção de três, encare o trabalho que executam na vida profissional como uma forma de sobrevivência económica e não como uma forma de realização profissional.

Discussão dos Resultados/Conclusões

Da exposição dos dados anteriores podemos avançar com a discussão de resultados que permite compreender não só os percursos migratórios das mulheres brasileiras presentes em Portugal, mais concretamente, a residir no distrito de Braga, mas reflete as vivências, discursos e práticas destas mulheres, tornando audíveis as suas vozes em relação à temática da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Os dados permitem compreender de que modo as esferas da vida pessoal, familiar e profissional estão

organizadas em função da pertença de gênero.

Os discursos das mulheres brasileiras participantes no estudo ilustram a grande diversidade nos percursos migratórios e a multiplicidade de motivações das mulheres e das suas famílias. Pelos resultados observa-se um paradigma clássico da migração, surgindo as mulheres em segundo plano na decisão de emigrar, deslocando-se passivamente para se juntarem aos seus maridos/companheiros por via da reunificação familiar, encarceradas pelo sonho do amor romântico. Este ideal e discurso do amor que é para sempre, que vence todos os obstáculos e que supera todas as dificuldades afeta as aspirações destas mulheres, levando-as a sacrificarem-se e a dedicarem-se mais à componente emocional e afetiva da relação (Giddens, 2001; Torres, 2001).

O desejo de querer fugir da pobreza e da instabilidade profissional, mas também de vivências conjugais falhadas, leva a que algumas destas mulheres encontrem na imigração um acesso para uma nova vida, deixando para trás as experiências negativas na expectativa de uma qualquer forma de

emancipação, autonomia e libertação. Perante esta *feminização* dos fluxos migratórios em Portugal (Castles e Miller, 2003; Moreno-Jiménez e Rodriguez, 2012) parece-nos evidente que a análise deste fenómeno não pode fazer-se deixando à margem a discussão sobre a influência das questões de gênero.

Assim e olhando para os percursos e quotidianos das mulheres imigrantes, uma das evidências do estudo mostra que a nível familiar existe um padrão regular e assimétrico das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças entre homens e mulheres, sendo as mulheres as principais responsáveis pela execução destas, concorrendo em simultâneo com o exercício de uma profissão a tempo inteiro. Quando se verificam situações de redução destas tarefas, elas não ocorrem à custa de maior participação masculina mas a partir de estratégias de serviço pago. Todas as mulheres evidenciam, no país recetor, um aumento das suas responsabilidades e uma sensação de maior sobrecarga do que no país de origem, estando esta relacionada com a ausência de suporte familiar, financeiro e social.

O papel económico na esfera familiar não é condição de promoção da

igualdade de gênero, uma vez que são as mulheres que seguem uma lógica de dupla jornada (França e Shimansky, 2009; Guerreiro e Pereira, 2006), assistindo-se assim a uma transição de um sistema de patriarcado para outro. O espaço doméstico continua a ser um fator de diferenciação e uma das áreas privilegiadas para a reprodução das desigualdades de gênero pois as construções sociais e culturais acerca da masculinidade e feminilidade definem a distribuição de poder na família e impõe espaços diferenciados para homens e mulheres (Aboim, 2004).

Desta forma, o gênero enquanto categoria reguladora das práticas sociais opera como elemento condicionante das práticas de conciliação. Os discursos encontrados nesta investigação são claramente genderizados e classicistas sofrendo influência dos *scripts* culturais e sociais que balizam a forma de serem mulheres e de se dizerem mulheres (Neves, 2008), que culmina numa posição normalizadora e conformista, levando-as a uma não reivindicação desta prática assimétrica. Este não questionar e não colocar em causa o modelo tradicional das relações de gênero (Amâncio, 2003),

reforça a adoção de um discurso que acentua e assenta nas diferenças sexuais e que nega a desigualdade, não reconhecendo, por isso, a necessidade de agir perante ele. Mesmo que se evidencie, como no caso destas mulheres, uma postura mais reivindicativa e um sentimento de injustiça perante esta assimetria, na prática esta vai-se diluindo e perdendo força porque consideram não poder terminar uma relação por causa das tarefas domésticas. Neste sentido, estas mulheres carregam uma herança social e cultural em que a vida familiar e a intimidade se revelam como um modelo de felicidade e de proteção contra todas as ameaças da vida (Giddens, 2010), o que gera doses difíceis de negociação.

A vivência da maternidade revela também ser um aspeto sensível e preocupante pela insuficiência e falta de informação de acesso aos serviços de apoio à infância. A fase inicial de um projeto migratório, em que os alicerces ainda não estão bem firmes e as exigências da vida familiar, em especial para as mulheres com filhos/as pequenos/as, acarretam limitações em termos de disponibilidade de tempo e flexibilidade de horários (Guerreiro e Carvalho, 2007;

Wall e Amâncio, 2007) para poderem conciliar as responsabilidades familiares com as profissionais. Indo de encontro aos estudos nacionais e internacionais (Perista, 1998; Purkayastha, 2005) verifica-se, nas mulheres imigrantes, uma interrupção ou intermitência associadas ao nascimento dos/as filhos/as, acompanhamento a consultas infantis ou faltas por doença dos/as filhos/as, que reduzem a experiência profissional, dificultam a progressão na carreira e reduzem o capital económico feminino, o que pode significar uma desvantagem na conquista laboral, constituir-se um obstáculo à paridade na situação profissional das mulheres e ao reequilíbrio na conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional (Guerreiro e Pereira, 2006).

Os resultados evidenciam que é patente nestas mulheres a existência de valores maternalistas e tradicionalistas dando grande relevo à vida familiar e à valorização do papel insubstituível da mãe, que enriquece de forma intensa as suas vidas relacional e emocional, sentindo-se realizadas pessoalmente mas que limitam, excluem a formulação de outras identidades, o que, para Nogueira (2011), acabam por adquirir competências

e crenças que afetam o seu comportamento social e que constituem uma peça fundamental no esquema da desigualdade. O tempo dedicado aos/às filhos/as por estas mulheres é sentido como limitado devido às exigências profissionais e por isso exibem um discurso de abdicar de si mesmas para poderem estar com eles/as, correspondendo, desta forma, a um padrão, a que Badinter (2010) designa de maternidade intensiva.

De acordo com Tajfel e Turner (1986) cada indivíduo procura uma identidade social positiva para atribuir significado e objetivo à vida, sendo estas ativadas em função da sua centralidade. Tendo em atenção esta posição, a maternidade assume centralidade para estas mulheres, por isso é natural que quando a manutenção desta relação é colocada em causa, a sua identidade e autoestima fiquem comprometidas, surgindo os sentimentos de culpa e levando a que estas mulheres, como defende Jack (1991) silenciem as suas necessidades e priorizem as dos seus/as filhos/as, aqueles/as que são significativos/as e importantes nas suas vidas. Logo, o tempo e investimento dedicados a este papel serão maiores.

Simultaneamente às barreiras da vida familiar outras surgem com igual ou maior poder na vida profissional, que se agrava pela condição destas mulheres. Assistimos a um ingresso da maioria das mulheres a contextos onde o seu papel social é demarcado por uma invisibilidade, sujeitas a modos de incorporação laboral mais desfavoráveis e menos valorizáveis com longas e intensas jornadas que interferem com a vida familiar e pessoal e em que a perda da sua identidade profissional se evidencia (Moreno-Jiménez e Rodriguez, 2012), o que reforça e reproduz as desigualdades de gênero no seio da força do trabalho feminino e expõe as mulheres a diferentes formas de opressão. Ora as múltiplas discriminações a que são submetidas por serem mulheres por serem imigrantes remete-as para um segundo plano e expõe-nas a situações de maior exploração, onde muitas vezes o silêncio das suas vozes é, no seu entender, a melhor solução.

É também de realçar que na conquista de uma autonomia financeira, estas mulheres não rompem com a fronteira dos muros da casa e da família, continuando a ser este um dos principais espaços de ocupação do tempo disponível.

É possível constatar que a resposta perante os dilemas e desafios de conciliar a vida pessoal, familiar e profissional assume-se da inteira responsabilidade destas mulheres. O cenário que encontramos no presente, revela que as migrações e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional encontram dados que apontam claramente as visões genderizadas, não se tornando, para as mulheres imigrantes, espaços de reconfiguração das tarefas e dos papéis individuais e familiares mas espaços subtis, encapsulados e disfarçados de desigualdade. Deste modo, e considerando a natureza pluridimensional da conciliação, torna-se imprescindível incorporar uma perspetiva de gênero, não só nos programas de conciliação mas também nas políticas migratórias. Creio ser evidente que urge conscientizar as mulheres para os seus direitos, assim como desconstruir discursos conformistas. É necessário desenvolver nestas mulheres um processo de consciência crítica que consiga derrubar as resistentes paredes que dividem o espaço pessoal, familiar e o profissional e (des)ocultar as práticas que reforçam a sua subordinação, porque, precisamente, como se afirmava nas Novas Cartas Portuguesas, nenhum

edifício semântico pode ficar de pé, com a denúncia da dominação e opressão das mulheres (Barreno et al, 2010).

Referências Bibliográficas

Aboim, Sofia (2004), “As orientações normativas da conjugalidade”, in Karin Wall (coord.), *Famílias no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 169-229.

Aboim, Sofia (2007), “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus”, in Karin Wall; Lúcia Amâncio (org.), *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 35-92.

Abranches, Maria (2007), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

Albuquerque, Rosana (2005), “Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade”, in SOS RACISMO (eds.), *Imigração e Etnicidade - Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 37-49.

Alcañiz, Mercedes (2008), “Las Políticas de conciliación entre el ámbito laboral y el

familiar. Cambio o continuidad en el sistema de Género?”, *Ex aequo*, 18, 85-102.

Andrade, Cláudia (2013), *Relações Trabalho-Família e Género: caminhos para a conciliação*. Lisboa: Coisas de Ler.

Amâncio, Lúcia (2003), “O género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, 168, 687-174.

Badinter, Elisabeth (2010), *O Conflito – A Mulher e a Mãe*. Lisboa: Relógio D'Água.

Barreno, Maria et al. (2010), *Novas Cartas Portuguesas*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Braun, Virginia; Clarke, Victoria (2006), “Using thematic analysis in psychology”, *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.

Castles, Stephen; Miller, Mark (2003), *The Age of Migration*. New York: Guildford Press.

França, Ana Letícia; Shimansky, Édina (2009), “Mulher, Trabalho e Família: Uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar”, *Emancipação*, 9(1), 65-78.

Frone, Michael et al. (1992), “Antecedents and outcomes of work-family conflict: Testing a model of work-family interface”, *Journal of Applied Psychology*, 77, 65-79.

- Giddens, Anthony (2001), *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (2010), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2010), *Women and Men Portugal 2010*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Godinho, Susana (2010), *Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso: Estoril: Princípia*
- Guerreiro, Maria das Dores; Pereira, Inês (2006), *Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-Família: Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores et al. (2009), *Quality of life in a Changing Europe. Principais Apuramentos. Relatório de Pesquisa*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia: Instituto Universitário de Lisboa.
- Guerreiro, Maria das Dores; Carvalho, Helena (2007), “O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa”, in Karin Wall; Lúcia Amâncio (org.), *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 93-128.
- Hill, Jeffrey (2005), “Work-family facilitation and conflict, working fathers and mothers, work-family stressors and support”, *Journal of Family Issues*, 26(6), 793-819.
- ILO - International Labour Organization (2010), *Work and Family: The way to care is to share!*. Geneva: ILO.
- IOM – International Organization for Migration (2004), *Glossary on Migration*. Geneva: IOM.
- Jack, Danna (1991), *Silencing the Self. Women and Depression*. Cambridge: Harvard University Press.
- Laufer, Jackeline (1995), “Conciliation vie familiale/vie professionnelle”, in Institut National de la Statistique et des Etudes Économiques, *Les femmes*. Paris: Service de Droits de Femmes/Insee, 163-165.
- Malheiros, Jorge et al. (2010), *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*. Lisboa:

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Marques, José; Góis, Pedro (2012), A Emergência das Migrações no Feminino – Feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas. Cascais: Princípia.

Moreno-Jiménez, Pilar; Rodríguez, Luísa (2012), “Sin nosotras el mundo no se mueve”- Mujeres inmigrantes en el context laboral español”, *Athenea Digital*, 12(2), 3-31.

Monteiro, Rosa; Portugal, Sílvia (2013), “As políticas de conciliação nos planos nacionais para a igualdade: Uma análise dos quadros interpretativos”, *Ex aequo*, 27, 97-111.

Mills, Melinda et al., (2014), “Gender equality in the workforce: Reconciling work, private and family life in Europe. Final Report. European Union”. Consultado a 13.12.2014, em http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/140502_gender_equality_workforce_ssr_en.pdf

Miranda, Joana (2009), *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*. Lisboa, ACIDI.

Neves, Sofia (2007), “Psicologia, Diversidade Social e Multiculturalidade: Caminhos cruzados”, *Psychologica*, 45, 125-145.

Neves, Sofia (2008), *Amor, Poder e Violências na Intimidade: Os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.

Neves, Sofia (2010), “Tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual em Portugal e Interseccionalidade: Um estudo de caso”, *Psicologia*, 2 (XXIV), 177-196.

Neves, Sofia; Miranda, Joana (2011), “Gênero e Migrações”, *Ex aequo*, 23.

Neves, Sofia; Nogueira, Conceição (2004), “Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social”, *Ex aequo*, 11, 123-138.

Nogueira, Conceição (2011), *Lição de Síntese*. Braga: Universidade do Minho.

Nogueira, Conceição et al. (2005), “Fundamentos Construcionistas Sociais e Críticos para o Estudo do Género”, *Teoria, Investigação e Prática*, 2, 1-15.

Parella, Sònia (2009), “Políticas públicas de género y mujer inmigrante”, in Zapata; Miret (coord.), *Políticas y gobernabilidad*

de la inmigración en España. Madrid: Ariel, 207-226.

Peixoto, João (2005), O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas. Lisboa: ACIME.

Peixoto, João et al. (2006), Mulheres Imigrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa.

Perista, Heloísa (1998), “Mulheres em Diáspora na União Europeia: percursos migratórios e trajetórias profissionais e familiares”, Revista Crítica de Ciências Sociais, 50, 153-164.

Perista, Heloísa (1999), Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho – uma questão de género. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Pipper, Nicola (2005), Gender and Migration. Global Commission in International Migration.

Purkayastha, Bandana (2005), “Skilled migration and cumulative disadvantage: the case of highly qualified Asian Indian immigrant women in the US”, Geoforum, 36, 181-196. Consultado a 20.06.2014, em <http://ac.els->

cdn.com/S0016718504000648/1-s2.0-S0016718504000648-main.pdf?_tid=a4f89f68-7a90-11e4-a5f4-00000aab0f27&acdnt=1417572419_5069cad34502b94f72d6afa5b4ba71e7

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2015), Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2014. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Silva, Estefânia (2015), Conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes residentes no distrito de Braga. Braga: Universidade do Minho.

Silva, Estefânia et al. (2010), “(RE) Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família”, Psico, 41(4), 455-461.

Silva, Estefânia (2009), Vivências de Amor e de Intimidade em Mulheres Imigrantes. Castelo da Maia: ISMAI.

Silva, Estefânia; Neves, Sofia (2011), “Vivências de Amor e de Intimidade em Mulheres Imigrantes”, in Marlene Strey et al. (orgs.), Vida de mulher: género, sexualidade e etnia. Brasil: EDIPUCRS, 207-247.

Tajfel, Henry; Turner, J. (1986), “The social identity theory intergroup behavior”, in S. Worchel; W. Austin

(eds.), *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago: Nelson – Hall, 7-23.

Topa, Joana (2013), *Cuidados de saúde materno-infantis à população imigrante residente em Portugal*. Braga: Universidade do Minho.

Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.

Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho: Uma perspectiva Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

Wall, Karin; José, São (2004), “Managing Work and Care: A Difficult Challenge for Immigrant Families”, *Social Policy & Administration*, 38 (6), 591-621. Consultado a 13.02.2013, em https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3631/1/Managing%20Work%20and%20Care_Wall%26S%C3%A3o%20Jos%C3%A9.pdf

Wall, Karin; Amâncio, Lígia (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa. Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin et al. (2005), *Immigrant Women In Portugal: migration trajectories, main problems and policies*. Lisbon: Institute of Social Sciences.

Yamanaka, Keiko; Pipper, Nicola (2006), “Feminised Migration in East and Southeast Asia: Policies, Action and Empowerment”. *UNRISD Occasional Paper*, 11. Geneva: UNRISD.

Zimmerman, Toni et al. (2003), “Intimate partnership: foundation to the successful balance of family and work”, *The American Journal of Family Therapy*, 31, 107-124.